

“Cumprir a **alternativa**
Consolidar a **esperança**”



António Costa **16**
Secretário-Geral

XXI Congresso Nacional do Partido Socialista

Moção Global de Estratégia

“Cumprir a Alternativa, Consolidar a Esperança”

Introdução

A tarefa essencial do Partido Socialista nos próximos anos é **Cumprir a Alternativa e Consolidar a Esperança**: honrar no Governo os compromissos de mudança política que o PS assumiu com os portugueses, travar o ciclo de empobrecimento do País e devolver a Portugal, finalmente, uma visão de futuro e um horizonte de esperança.

É isso o que os portugueses esperam de nós. É esse o nosso projeto. E é esse o nosso combate.

Mas seria um erro resumir as tarefas do Partido Socialista ao desempenho governativo a nível nacional. Desde logo, porque a própria margem de opções da política governativa se articula com a nossa condição de país membro da União Europeia e da Zona Euro, implicando uma participação ativa de Portugal, por direito próprio, no seio das instituições europeias - em particular no Parlamento Europeu e no Conselho - na discussão sobre as orientações da governação política e económica a nível europeu. Mas também porque, como partido desde sempre empenhado na construção europeia, o Partido Socialista não pode ignorar a enorme gravidade das múltiplas crises com que hoje o projeto europeu está confrontado e que o põem à prova, a cada dia que passa, como projeto solidário de paz, de prosperidade e de convergência.

Sobre tudo isso, em que se jogam os interesses de Portugal e os valores em que acreditamos, impõe-se que o Partido Socialista tenha uma palavra a dizer. E o mesmo sucede com a complexidade dos desafios globais que marcam a agenda internacional e inevitavelmente convocam a atenção do PS, ao mesmo tempo que reclamam de Portugal uma política externa de parcerias estratégicas e uma aposta reforçada no multilateralismo e na regulação da globalização.

Por outro lado, não se pode esquecer que o Partido Socialista também é Governo na Região Autónoma dos Açores, está presente nas instituições políticas da Região Autónoma da Madeira e é hoje o maior partido autárquico a nível nacional. Definir a orientação estratégica do Partido Socialista para os próximos anos deve passar, por isso, por aprofundar a visão que temos sobre a descentralização do País e preparar uma forte mobilização do partido para as eleições regionais que terão lugar já em outubro nos Açores e para as eleições autárquicas de 2017.

Finalmente, nem as tarefas governativas do PS no Governo, nem as responsabilidades políticas que temos nas Regiões Autónomas ou no poder local devem fazer esquecer a vida própria do Partido Socialista, a necessidade de cuidar da sua organização interna, da sua dinâmica de renovação e abertura, da sua comunicação permanente com militantes e simpatizantes e do seu contributo para o aprofundamento da democracia, para a transparência e para a promoção da participação política, bem como do reforço da presença ativa dos socialistas no meio laboral, na sociedade civil solidária, nos movimentos sociais, no meio estudantil e nas comunidades emigrantes. O Partido Socialista que devemos querer é um partido bem ciente das suas responsabilidades ao serviço de Portugal e dos portugueses, mas não menos vibrante no seu dinamismo próprio ao serviço da democracia. É um partido de mulheres e homens empenhados na transformação social e no combate às injustiças e às desigualdades sociais nas diversas esferas da vida.

Só um Partido Socialista assim, fiel aos seus princípios e aos seus valores, atento aos problemas e aberto à sociedade, poderá honrar a sua história, servir Portugal à altura das circunstâncias e participar no debate necessário sobre os caminhos do socialismo democrático no Século XXI.

O PS e Portugal

1. Um PS fiel aos seus princípios, ao serviço de Portugal

O Partido Socialista tem razões para ter orgulho na sua história e apresenta-se aos portugueses de cabeça erguida, inteiramente fiel aos princípios e valores que desde sempre lhe dão sentido e identidade.

Intransigente na defesa da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais, defensor convicto da liberdade e da democracia - a ponto de por elas aceitar correr todos os riscos -, o Partido Socialista, hoje como ontem, não se conforma com a pobreza, nem com as desigualdades. Por isso, coloca no centro da sua agenda o combate por uma sociedade mais justa e mais igualitária, assumindo o confronto com a ideologia neoliberal e a proposta política de um Estado Mínimo ou de uma função meramente assistencialista do Estado. Para tanto, o PS faz questão de cumprir a Constituição e de honrar o contrato social; defende com determinação o Estado Social e os serviços públicos; mobiliza as políticas públicas e reforça as políticas sociais; conquista novos direitos e combate todas as formas de discriminação.

Ao fazê-lo, o Partido Socialista dispõe-se a levar mais longe a sua notável história ao serviço de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Afinal, foi o Partido Socialista que tomou a iniciativa de criar o Serviço Nacional de Saúde; foi o Partido Socialista que conferiu universalidade ao sistema público de Segurança Social; foi o Partido Socialista que criou o Rendimento Mínimo Garantido (hoje Rendimento Social de Inserção); foi o Partido Socialista que criou o Complemento Solidário para Idosos; foi o Partido Socialista que criou a Rede de Cuidados Continuados; foi o Partido Socialista que generalizou a educação pré-escolar, que mais valorizou a escola pública e criou o Programa Novas Oportunidades; foi o Partido Socialista que mais aumentou o salário mínimo. As grandes conquistas sociais do Portugal democrático tiveram a marca do Partido Socialista – e não foi por acaso.

Também agora, quando o Partido Socialista se opôs à desastrosa estratégia de empobrecimento da direita, prosseguida pelo Governo de Passos Coelho ao longo de quatro anos de duras políticas de austeridade teimosamente “além da troika”, fê-lo não apenas porque o modelo de baixos salários é uma forma errada de promover a competitividade da economia, mas também porque essa estratégia de empobrecimento agredia os pilares do Estado Social constitucionalmente protegido e chocava com a visão do Partido Socialista de uma sociedade mais próspera e mais justa, com mais oportunidades para todos, mas também com menos pobreza e menos desigualdades.

Mas hoje a diferenciação entre o Partido Socialista e a direita não passa apenas pelas políticas sociais, seja ao nível das prestações seja ao nível dos serviços públicos. Passa

também, de forma clara e determinante, pela política económica e pela conceção das reformas de que Portugal precisa.

É em fidelidade à sua matriz de partido reformista, apostado na transformação social, que o PS se propõe executar, a partir do Governo e em diálogo político e concertação social, uma agenda de reformas progressistas, orientadas não para os cortes cegos nos serviços públicos, nem para o corte de salários e pensões, mas para a modernização do Estado, a qualificação dos portugueses, a inovação na economia, a capitalização das empresas, a promoção do empreendedorismo, o emprego com direitos, o combate à precariedade, a valorização do território, o aproveitamento das potencialidades do mar português e o reforço da coesão social e da igualdade.

É também em coerência com os seus princípios e valores de sempre que o Partido Socialista se apresenta hoje, mais uma vez, fiel ao projeto europeu e aos compromissos inerentes à participação de Portugal na Zona Euro. Afinal, foi com Mário Soares que Portugal pediu e celebrou a adesão ao projeto europeu. Foi com António Guterres que aderiu ao Euro. E foi com José Sócrates que firmou o Tratado de Lisboa. O PS nunca teve dúvidas sobre o projeto europeu, nem as tem agora: Portugal, a Europa e o Mundo precisam hoje, e talvez hoje mais do que nunca, de uma União Europeia mais forte, mais solidária e mais democrática – e menos tecnocrática. E se o Partido Socialista se bate pelo reencontro do projeto europeu com os seus valores originais e por uma revisão dos termos da governação política e económica da União Europeia e do Euro é ainda porque deseja, como sempre, o sucesso do projeto europeu e sabe que a União Europeia precisa de evoluir para superar estruturalmente as fragilidades reveladas na Grande Recessão de 2008-2009 e na crise das dívidas soberanas de 2010-2011, bem como na abordagem da atual crise humanitária face ao drama dos refugiados, por forma a responder às múltiplas crises e desafios que tem pela frente e corresponder aqueles que são os anseios e as legítimas expectativas dos cidadãos.

Finalmente, é ainda em fidelidade aos seus princípios e valores que o Partido Socialista está empenhado no aprofundamento da descentralização, no reforço da Autonomia Regional e na valorização do poder local. Também essas são marcas que pontuam a história do Partido Socialista e inspiram hoje o seu compromisso com uma organização política e administrativa do País menos centralista e mais próxima das populações, levando à participação ativa de muitos milhares de militantes e simpatizantes do Partido Socialista na vida democrática a nível regional e local.

É, pois, um Partido Socialista fiel à sua identidade, aos seus princípios e aos seus valores que se apresenta hoje aos portugueses. Para **Cumprir a Alternativa, Consolidar a Esperança** e, onde quer que seja, servir Portugal.

2. O projeto governativo do PS: para uma mudança tranquila

2.1. Os compromissos eleitorais do PS

O Partido Socialista apresentou-se aos portugueses nas últimas eleições legislativas com um programa político claro de alternativa e mudança, assente em quatro linhas de força fundamentais:

- Uma nova política orçamental e económica, destinada a “virar a página” da austeridade, travar o processo de empobrecimento do País, recuperar o rendimento das famílias e retomar o crescimento da economia e do emprego, com salvaguarda da sustentabilidade das finanças públicas e dos compromissos europeus no quadro da zona euro;
- Uma Agenda para a Década, destinada a enfrentar os bloqueios estruturais ao nosso desenvolvimento e à competitividade da nossa economia, assente num conjunto articulado e diversificado de reformas progressistas para a modernização da economia e do Estado, a valorização das pessoas e do território e uma aposta no futuro, com prioridade para as qualificações, a Ciência e a Cultura;
- Uma atenção especial ao combate à pobreza e às desigualdades, com um conjunto de propostas concretas para o reforço dos apoios sociais, a qualificação da resposta dos serviços públicos e a valorização da coesão social e territorial;
- Uma nova atitude de Portugal na Europa, não apenas para melhor defesa do interesse nacional mas também para promover a nível europeu um novo impulso para a convergência e garantir a participação ativa do País, por direito próprio, na discussão e decisão sobre as políticas e as reformas institucionais necessárias para o futuro da União Económica e Monetária e da própria União Europeia.

Confrontados, de um lado, com as propostas de mudança do PS e da esquerda e, do outro, com as propostas de continuidade da direita, os portugueses, nas eleições legislativas de outubro de 2015, de forma livre e democrática, fizeram a sua escolha. E, por maioria, escolheram mudar.

De facto, a direita, embora unida, teve um dos seus piores resultados de sempre e perdeu a maioria necessária para governar. A esquerda, por seu lado, embora plural, voltou a ter maioria absoluta no Parlamento. Restava saber o que iria fazer com ela. Acertadamente, decidiu governar.

2.2. Os acordos à esquerda: para uma mudança política

Correspondendo à vontade de mudança expressa pela maioria dos portugueses, o Partido Socialista negociou e celebrou com o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes” acordos formais destinados a viabilizar, no quadro parlamentar determinado pelo voto dos portugueses, uma solução governativa

capaz de concretizar uma profunda mudança de política na perspectiva da legislatura, que termina em 2019.

Ao fazê-lo, o Partido Socialista cumpriu o seu mandato e agiu no quadro da estratégia transparentemente assumida antes das eleições. De facto, ficou escrito na Moção de Estratégia aprovada pelo Partido Socialista no seu último Congresso:

“Nenhum conceito que vise limitar o alcance da participação democrática, como o conceito de «arco da governação», pode servir para excluir sistematicamente certos partidos das soluções de governo. Ao mesmo tempo, o facto de sectores significativos do eleitorado não se envolverem na partilha das responsabilidades de governar representa um empobrecimento da democracia. O momento do país exige da representação democrática, na pluralidade dos seus atores, uma capacidade para compromissos alargados, transparentes e assumidos”.

Felizmente, o País pôde contar com o elevado sentido das responsabilidades e a vontade política construtiva e convergente de todos os partidos de esquerda com representação parlamentar. E, como desde logo ficou claro, embora alguns teimassem em negar as evidências, esses entendimentos à esquerda não se propunham apenas inviabilizar a continuidade das políticas da direita – no que poderia ser entendido como uma mera “coligação negativa” – mas também viabilizar uma outra solução governativa, protagonizada pelo Partido Socialista e assente essencialmente no Programa do PS, de modo a concretizar, com o contributo substantivo e a participação ativa dos demais partidos de esquerda, uma política de recuperação dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias que permite demonstrar a viabilidade de um caminho alternativo para Portugal.

Como se registou nos textos assinados entre o PS e os partidos da esquerda parlamentar, a 10 de novembro de 2015, *“foram os pontos de convergência e não os de divergência”* que os partidos *“optaram por valorizar”*. Quer isto dizer que a maioria de esquerda na Assembleia da República se reconhece abertamente como plural e não ignora, não ilude e muito menos esconde as suas diferenças.

Mas nem por isso a solução governativa se apresenta mais frágil, como precipitada e erradamente imaginaram os seus adversários, porventura deixando que os seus desejos se confundissem com a realidade. Por um lado, porque a simples existência de acordos escritos entre o Partido Socialista e os partidos que com ele formam a nova maioria parlamentar confere à atual solução governativa uma solidez e um horizonte de estabilidade bem superior à de qualquer dos governos minoritários que anteriormente existiram na democracia portuguesa – e foram vários. Porventura, essa solidez será até maior do que a de alguns governos de coligação com maioria absoluta, que nem por isso lograram concluir os seus mandatos ou deixaram de enfrentar sérias crises existenciais, irrevogáveis ou não. Por outro lado, porque a pluralidade das esquerdas, exatamente por ser assumida com toda a transparência e gerida com razoabilidade no dia-a-dia do debate político, se é certo que reconhece o amplo espaço de expressão natural das divergências, evidencia também a perfeita noção do terreno próprio da convergência e

com ela a determinação de honrar os compromissos assumidos para viabilizar uma solução governativa que todos sabem ser indispensável para concretizar, na perspectiva desta legislatura, a mudança de política desejada pela maioria dos eleitores.

Apressaram-se alguns a vislumbrar aqui o que supunham ser uma subversão radical do sistema de governo, chegando a imaginar um Partido Socialista “refém” dos partidos à sua esquerda e um Executivo manietado, se não mesmo paralisado, cujo poder seria, na prática, transferido para o Parlamento, à maneira de um sistema de governo de assembleia. Mas também esses presságios se não confirmaram.

É certo, o confronto ensaiado pelo anterior Presidente da República com o Parlamento acabado de eleger e o falhanço da sua tentativa de impor uma solução governativa de direita, reconhecidamente contrária à vontade da maioria dos portugueses e destituída de apoio parlamentar, evidenciou a força da componente parlamentar do nosso sistema político, desde logo no próprio processo de formação do Governo. É também certo que a ausência de uma maioria absoluta de um só partido tende sempre a deslocar o centro de gravidade do sistema político para o Parlamento, no sentido de valorizar a Assembleia da República como espaço de debate e construção de soluções políticas.

Mas a componente parlamentar do nosso sistema de governo está longe de ser uma novidade de “última hora”, embora seja frequentemente escamoteada quer no mito das “eleições para primeiro-ministro”, quer na própria designação - que alguns dizem equívoca - do nosso sistema como sendo um sistema de tipo “semipresidencialista”. Pelo contrário, a componente parlamentar do nosso sistema de Governo é não apenas essencial mas em larga medida dominante, traduzindo-se não apenas no papel do Parlamento na legitimação política e na formação do Governo, mas também no facto de o Executivo responder politicamente, e em exclusivo, perante a Assembleia da República, a cuja fiscalização política naturalmente se submete. E nada disto é novo, antes configura, de há muito, o desenho constitucional do nosso sistema de governo, que sempre teve uma forte componente parlamentar, cuja dinâmica democrática se exerce agora nas condições proporcionadas pela atual situação política. O que não há, seguramente, é uma transfiguração do sistema de governo: nem o poder Executivo perdeu autonomia ante o poder Legislativo, nem o princípio constitucional da separação dos poderes deixou de assegurar ao Governo a plena garantia da sua esfera de reserva própria no exercício da função política e administrativa.

Dignificar o Parlamento e devolver-lhe um papel central é corrigir uma debilidade no funcionamento do sistema político e é também uma forma de valorizar a nossa democracia.

2.3. O Governo do PS: os primeiros meses

As medidas adotadas nos primeiros meses de Governo do PS, com apoio e o contributo da maioria de esquerda, começaram a cumprir a alternativa com que nos comprometemos junto dos portugueses e trouxeram já uma melhoria muito significativa no rendimento e na vida de muitos trabalhadores e de muitas famílias:

- Eliminação faseada dos cortes de salários na função pública, com reposição integral dos salários já a partir do próximo mês de outubro;
- Aumento do salário mínimo nacional, de 505 para 530 Euros;
- Redução substancial da sobretaxa de IRS em 2016 e sua eliminação já a partir de janeiro de 2017;
- Aumento das pensões até aos 600 Euros;
- Redução em 2016 da Contribuição Extraordinária de Solidariedade e sua eliminação já a partir de janeiro de 2017;
- Reposição dos valores do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos;
- Aumento dos três primeiros escalões do abono de família e do abono para famílias monoparentais;
- Dedução fixa por filho no IRS, de 600€;
- Aumento dos benefícios fiscais da deficiência e da incapacidade;
- Redução da taxa máxima e reintrodução da cláusula de salvaguarda no IMI;
- Redução, e em certos casos eliminação, das taxas moderadoras na Saúde;
- Aumento do apoio aos consumidores de eletricidade;
- Manuais escolares gratuitos para o 1º ano do Ensino Básico;
- Reposição dos feriados civis e religiosos.

Estas medidas, no seu conjunto, pelo seu volume e pelo seu impacto, não podem deixar de ser entendidas como configurando uma mudança substancial de política, um efetivo “virar de página” na política de austeridade, a benefício das famílias e do combate à pobreza e às desigualdades, mas também a benefício do dinamismo da economia e, por isso mesmo, da criação de emprego. Ao mesmo tempo, e em articulação com o crescimento económico, foi possível assegurar uma gestão rigorosa das contas públicas e a projeção de uma trajetória sustentável de consolidação orçamental em direção à redução do défice e da dívida pública.

A estas medidas se juntam toda uma série de outras iniciativas de importante alcance, nas mais diversas áreas, de que aqui se anotam apenas algumas:

- Eliminação dos exames no 4º e no 6º ano do Ensino Básico;
- Pagamento de dívidas e regularização dos pagamentos ao ensino artístico, às escolas profissionais e às AEC;
- Novo regime de contratação de doutorados e nova Agenda “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro”, 2016-2020;
- Alargamento de Horários nos Centros de Saúde;
- Relançamento do Programa Simplex;
- Criação da Unidade de Missão para o Interior;
- Anulação dos processos de concessão dos transportes coletivos de Lisboa e do Porto;

- Renegociação da privatização da TAP, devolvendo ao Estado a condição de maior acionista, salvaguardando o interesse público nas opções estratégicas da empresa;
- Criação da Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas;
- Aceleração da utilização dos fundos comunitários, ultrapassando largamente a meta de 100 milhões de euros nos primeiros 100 dias de Governo;
- Aprovação de um pacote de propostas legislativas para o combate à fuga e evasão fiscais e à utilização abusiva de “*off-shores*”, reforçando a transparência e os mecanismos de troca de informação;
- Criação do Fundo Azul para “*startups*” de base tecnológica e apoio à investigação ligada à economia do Mar;
- Consagração da possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo;
- Anúncio da disponibilidade para acolher um total de 10.500 refugiados até 2018.

Este elenco de medidas, meramente exemplificativo, ilustra bem o dinamismo e o ímpeto reformista do Governo e a sua profunda determinação em cumprir a alternativa com que se comprometeu perante os portugueses. É claro, os mais saudosos da política da direita pretendiam que nada se alterasse, que nada se revertesse. Mas não foi para tudo ficar na mesma que os portugueses votaram na mudança.

Não podem deixar de se registar aqui as dificuldades decorrentes do abrandamento da economia mundial, sobretudo das economias emergentes, e os problemas políticos ou económicos com que debatem algumas das economias mais importantes para Portugal, como Angola, o Brasil, a Venezuela e a nossa vizinha Espanha. E também as sérias dificuldades que o Governo teve de enfrentar, logo nos primeiros dias do seu mandato, em razão dos graves problemas no sistema financeiro que o Governo PSD-CDS se mostrou incapaz de resolver, e em boa parte até agravou, por total inoperância ou pura negligência, se não mesmo por tacticismo eleitoralista.

O Governo do PS fez o que tinha de fazer.

No caso do BANIF, o Governo teve de resolver em três semanas, em condições muito precárias e já em situação de verdadeira emergência, o que o Governo anterior não soube ou não quis resolver ao longo dos últimos três anos. Evitou a liquidação do banco, que teria custos bem mais elevados para os contribuintes e um efeito muito negativo para as economias regionais dos Açores e da Madeira, bem como para a salvaguarda integral dos depósitos, designadamente dos emigrantes, e para a própria estabilidade do sistema financeiro. Depois de envidar todos os esforços em procura da solução que melhor protegesse o interesse público, com as condicionantes decorrentes do enquadramento europeu, promoveu-se a resolução do BANIF, assegurando a venda e a continuidade da operação. O Governo do Partido Socialista tudo fará para minimizar os encargos desta situação para os contribuintes. E os Deputados do Partido Socialista na Comissão de Inquérito criada na Assembleia da República tudo farão para que os portugueses conheçam os verdadeiros responsáveis pelo que aconteceu.

No caso do Novo Banco, a economia portuguesa sofreu o impacto desfavorável da alteração do perímetro dos ativos do BES, o chamado “banco-mau”, penalizando, de forma seletiva, alguns dos investidores em dívida sénior.

A crise acionista no BPI, também ela velha de cerca de um ano, exigiu, igualmente, o acompanhamento atento do Governo, de forma a, também nesta situação limite, acautelar o interesse público, salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro e prevenir custos para os contribuintes. Como lhe competia, o Governo empenhou-se numa missão de “bons ofícios” para que as partes chegassem em tempo útil a um entendimento favorável à estabilidade do sistema financeiro. Além disso, criou oportunamente o enquadramento legal necessário para que as instituições bancárias possam encontrar as soluções de “*governance*” societária mais adequadas à sua situação e às suas necessidades.

Seja como for, todos estes “incidentes”, num curtíssimo espaço de tempo, com elevados custos para os contribuintes e para a economia portuguesa, atestam bem o claro falhanço do Governo PSD-CDS e da “troika” naquele que era um dos objetivos centrais do programa de ajustamento: a sustentabilidade do sistema financeiro. De facto, a tão propalada “saída limpa”, que ajudou a sustentar a ilusão eleitoralista promovida pelo Governo da direita, escamoteou, e de facto escondeu, os gravíssimos problemas do nosso sistema financeiro, que se foram arrastando e agravando sem resposta adequada e sem que sequer fosse mobilizada uma boa parte dos recursos financeiros negociados com a “troika” para esse efeito.

Este é um tema a que o Governo do PS terá de continuar a prestar uma muito especial atenção.

2.4. Provas superadas pelo Governo

Em escassos meses de mandato, o Governo do Partido Socialista:

- Viu o Parlamento “chumbar” a moção de rejeição do Programa do Governo;
- Obteve a aprovação pela Assembleia da República do Orçamento Retificativo de 2015;
- Fez uma negociação bem sucedida do esboço orçamental a nível europeu, obtendo a “luz verde” de Bruxelas;
- Garantiu a aprovação pela Assembleia da República do Orçamento de Estado para 2016;
- Viu a maioria parlamentar rejeitar, de forma coesa, as moções da direita contra o Programa de Estabilidade 2016-2020 e o Programa Nacional de Reformas; e
- Conseguiu obter a confirmação da notação de investimento, com indicação de “*outlook*” estável, para o “*rating*” da República por parte da agência canadiana DBRS.

Estas “provas superadas” pelo Governo do Partido Socialista revelam bem a consistência dos compromissos que unem os partidos da maioria parlamentar e desmentem, de

forma categórica, a visão catastrofista dos que punham em causa a solidez da atual solução governativa.

Para a direita e para os tradicionais adeptos do pessimismo militante, que tanto desdenharam da solução encontrada a ponto de questionar até a sua legitimidade democrática, a confirmação da viabilidade política da solução governativa apoiada pela esquerda e esta sucessão de “provas superadas” pelo Governo constituem uma evidente derrota.

Como tem sido notado, a estabilidade alcançada é um sinal de pacificação democrática que deve reconfortar os Portugueses. E é um bem que importa preservar.

2.5. Na perspetiva da legislatura

Não faria sentido, evidentemente, reproduzir aqui o teor do Programa do Governo, as metas do Programa de Estabilidade 2016-2020 ou as medidas que estruturam o Programa Nacional de Reformas recentemente aprovado. Todos esses documentos são públicos e é sabido que estruturam os desígnios do Governo do Partido Socialista para esta legislatura, cumprindo a primeira fase da Agenda para a Década que na devida altura apresentámos aos portugueses, nas condições proporcionadas pelos acordos celebrados com os partidos à nossa esquerda e pela negociação da política orçamental no quadro do Semestre Europeu.

O que faz sentido é afirmar aqui, sem ambiguidades, a determinação do Partido Socialista em honrar os seus compromissos eleitorais e os acordos celebrados entre os partidos da esquerda parlamentar, cumprir a alternativa consubstanciada no Programa do Governo e assumir as suas responsabilidades de governar até ao fim da legislatura, assegurando a estabilidade de que o País precisa.

De resto, nem o Programa do Governo, nem as metas orçamentais e o programa de reformas que o Parlamento acaba de viabilizar, nem mesmo os acordos celebrados entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda se esgotam nas medidas de reposição do rendimento dos trabalhadores e das famílias que o Governo já adotou ou vai adotar no curto prazo. Do que se trata, efetivamente, é de impedir a continuação ou o regresso das políticas de austeridade da direita, ostensivamente contrárias à Constituição e ao Estado Social, e concretizar uma mudança política que permita não apenas travar mas inverter o ciclo de empobrecimento do País.

É preciso reconhecer que os estragos causados pela política da direita afetaram gravemente o potencial de crescimento da economia e, infelizmente, deixarão marcas ainda por muitos anos. A queda a pique do investimento; o retrocesso sem precedentes da economia (ainda longe dos níveis pré-crise); a diminuição brutal do número de empregos; o aumento da precariedade; a redução acentuada da população ativa; a emigração de centenas de milhares de portugueses, sobretudo jovens, muitos deles qualificados; a queda abrupta da natalidade (que chegou a cair quase 20% em apenas quatro anos); o agravamento dos indicadores de pobreza e das desigualdades, são tudo

sinais de um retrocesso económico e social que, de facto, não precisa apenas de ser travado, tem de ser invertido.

É esse o desígnio do Programa Nacional de Reformas apresentado pelo Governo e orientado para a qualificação dos portugueses; a inovação; a valorização do território; a modernização do Estado; a capitalização das empresas e o reforço da coesão e da igualdade social. O que se joga aí é a capacidade de superar os bloqueios estruturais ao nosso desenvolvimento e devolver ao País uma visão de futuro e um horizonte de esperança. Mas trata-se também de fazer prevalecer, na perspetiva desta legislatura, uma outra visão, bem diferente e bastante mais progressista, das tão faladas “reformas estruturais”. Na verdade, as reformas estruturais de que Portugal necessita não são aquelas que procuram fomentar a competitividade à custa dos “baixos salários” e dos direitos dos portugueses, mas aquelas que assentam no reforço das qualificações, na aposta na inovação, na efetiva modernização do Estado e na diminuição das desigualdades.

Acresce, por outro lado, que é de vital importância, não só para Portugal mas também para a União Europeia, demonstrar nesta legislatura a viabilidade de uma política económica e orçamental alternativa, mais amiga do crescimento e do emprego, mas nem por isso menos responsável e respeitadora das regras do Euro. O Orçamento para 2016 e a trajetória prevista no Programa de Estabilidade mostram já como a “inevitabilidade” apregoada pela direita servia apenas para esconder uma determinada doutrina económica e um certo programa político. Mas só a efetiva execução desta nova política económica e orçamental no horizonte da legislatura poderá representar a derrota merecida por esse pretens “pensamento único”.

Para cumprir estas tarefas, não basta um Governo generoso mas provisório, findo o qual seria oferecida à direita a oportunidade de repor a sua ruínosa política de austeridade (como aliás declarou ser seu propósito na proposta que recentemente apresentou para rejeitar o Programa de Estabilidade). Cientes disso, os partidos signatários dos acordos celebrados à esquerda fizeram questão de enunciar, de forma inequívoca, o seu propósito de viabilizar uma solução governativa duradoura, na perspetiva da legislatura. O texto dos acordos celebrados é claro: para conferir tradução política à vontade de mudança expressa pela maioria dos eleitores, os partidos signatários declaram “existir uma base institucional bastante para que o PS possa formar Governo, apresentar o seu programa de Governo, entrar em funções e adotar uma política que assegure uma solução duradoura na perspetiva da legislatura”.

É, pois, com justificada confiança que o Partido Socialista encara o futuro da governação nesta legislatura, cujo quadro parlamentar implica um elevado sentido das responsabilidades por parte de todas as forças políticas. E o espírito construtivo, responsável e solidário de que têm dado mostras todos os partidos da esquerda parlamentar, profundamente empenhados num intenso trabalho conjunto de negociação permanente e procura das melhores soluções, apesar das suas diferenças, só reforça as razões para confiar numa governação efetivamente duradoura que

proporcione aos portugueses, às famílias e às empresas um horizonte de estabilidade e de melhoria das suas condições de vida.

3. Orientações estratégicas

Nestes termos, a estratégia política do Partido Socialista quanto à condução da governação do País pode declinar-se em seis linhas de força essenciais:

- a) Cumprir a Alternativa corporizada no programa do Governo;
- b) Executar o Programa de Estabilidade 2016-2020 e implementar o Programa Nacional de Reformas;
- c) Honrar escrupulosamente os acordos celebrados entre os partidos políticos da esquerda parlamentar e aprofundar os mecanismos de diálogo, negociação permanente e trabalho conjunto com os partidos signatários desses acordos;
- d) Manter disponibilidade para o diálogo com todas as forças políticas, na perspetiva da Agenda para Década, e valorizar a concertação social sobre as grandes questões da governação;
- e) Valorizar o contributo do Parlamento para o bom funcionamento do sistema político e da democracia;
- f) Prosseguir uma boa cooperação institucional com o Presidente da República e demais órgãos de soberania.

II

O PS, a Europa e o Mundo

1. O PS e o projeto europeu

1.1. As crises que abalam o projeto europeu

A União Europeia está hoje confrontada com múltiplas crises da maior importância, que a interpelam muito seriamente nos seus valores, no seu desenho institucional e nas suas políticas. Não adianta iludir a realidade: este é um momento histórico absolutamente decisivo para o projeto europeu.

Na frente económica, e ao contrário do que sucede noutros pontos do globo, a União Europeia não se libertou ainda completamente dos efeitos da crise financeira de 2008-2009 e da Grande Recessão. Apesar do impacto positivo da política monetária expansionista do Banco Central Europeu nos juros da dívida pública e dos instrumentos de resposta à crise criados a nível europeu e da Zona Euro, o crescimento económico permanece anémico e irregular, o desemprego continua elevado, a inflação está ainda a níveis perigosamente próximos da deflação e os valores de défice e dívida teimam em permanecer elevados, ressentindo-se dos efeitos contraproducentes que uma intensa e prolongada política de austeridade não podia deixar de ter no crescimento económico e na consolidação das contas públicas. A incapacidade para resolver de forma razoável e solidária o problema da Grécia só agrava a situação e ameaça escusadamente a estabilidade relativa entretanto conquistada nos mercados de dívida soberana. Paralelamente, a União Europeia tarda em reencontrar os caminhos da competitividade e do investimento, mas também da convergência económica e social que desde sempre inspirou o projeto europeu.

É, porém, na frente humanitária que a União Europeia se confronta com o desafio mais urgente: a crise dos refugiados. É aí que de forma mais radical a Europa é posta à prova na solidez das suas convicções humanistas e no espírito solidário que dá sentido ao seu projeto. O problema dos refugiados que arriscam a vida para chegar às fronteiras marítimas da Europa não é, nem nunca foi, um problema exclusivo dos países periféricos do Sul, mesmo que alguns só o tenham compreendido quando o problema lhes bateu à porta. É um problema europeu, das fronteiras externas da União. Ora, uma coisa sabemos: não é solução tolerável deixar que aquelas vidas se percam no mar. E se o acolhimento humanitário dos refugiados é um dever moral incontornável, também não pode ser solução a construção de muros e o fecho das fronteiras de modo a enclausurar egoisticamente o problema nos Estados com fronteiras expostas a estes fluxos migratórios desesperados. A resposta a este problema europeu tem de ser europeia e solidária, e convoca o contributo responsável de todos – e o Governo do Partido Socialista tem sabido dar o exemplo com a sua disponibilidade para receber refugiados acima das quotas acordadas a nível europeu. Tanto mais que além do acolhimento

humanitário e do conseqüente desafio da integração, há também uma resposta solidária que se impõe no controlo das fronteiras e, sobretudo, no enfrentar das causas deste movimento migratório, ajudando a encontrar soluções para os problemas de segurança que lhes servem de causa e reforçando a cooperação para o desenvolvimento com os países de origem.

A ameaça terrorista que paira sobre a vida dos europeus é outro desafio de primeira grandeza. Também aí temos um apelo forte a uma resposta solidária, feita de cooperação acrescida entre autoridades policiais e serviços de informações e de um justo equilíbrio entre liberdade e segurança, que não comprometa, para além do estritamente necessário, os nossos valores, os nossos direitos e nosso modo de vida. Mas essa resposta, para ser eficaz, não pode circunscrever-se a uma atitude defensiva no território europeu, ignorando o desafio particular que constitui o chamado Estado Islâmico, o qual, a partir do território conquistado no meio do caos instalado na Síria, no Iraque e na Líbia, inspira, apoia e por vezes organiza muitas das mais devastadoras ações terroristas do passado recente. Somem-se os desafios à paz e à segurança na vizinhança da Europa, incluindo na Ucrânia, ou noutros pontos mais distantes do globo mas ameaçando também interesses europeus, e já se vê como este é um domínio que tem de estar no topo da agenda europeia.

Enquanto estas crises se agigantam, e também por causa delas, crescem na Europa os movimentos populistas, nacionalistas e eurocéticos, que lograram até vencer as últimas eleições europeias em países como a França e o Reino Unido e vão ganhando força noutros Estados do Norte, do Centro e sobretudo do Leste da Europa. O que esses movimentos exploram é o sentimento de insegurança das populações, a crise de resultados do projeto europeu, o descontentamento com as políticas de austeridade e a falta de perspectivas de futuro, a ilusão de um isolacionismo redentor, mas também a percepção de uma pretensa falta de legitimidade democrática das instituições europeias, dos seus protagonistas políticos e das suas decisões. Enfrentar este problema não é, certamente, dos menores desafios que a União Europeia tem pela frente. Já daqui a pouco, aliás, os defensores do projeto europeu terão no referendo britânico sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia um teste de vital importância, que só pode ser superado com a vitória do “sim”.

A confluência destas crises interpela os alicerces e as estruturas do projeto europeu como em nenhum outro momento histórico. E convoca a reflexão, o contributo e a intervenção do Partido Socialista para que a União Europeia seja capaz de superar as dificuldades do presente e, honrando os seus valores e os seus ideais, se afirme como um projeto democrático de paz, prosperidade e coesão.

1.2. Manter os valores, mudar as políticas, lançar um programa de reformas estruturais para a União Europeia

Os valores e os desígnios do ideal europeu permanecem inteiramente válidos, atuais e necessários. Não é aí que a União Europeia precisa de mudar. Onde uma mudança profunda se impõe é nos termos da fidelidade a esses valores e desígnios, é na

orientação das políticas económicas e sociais e é nas estruturas institucionais de governação política e económica da União Europeia e da União Económica e Monetária.

Fidelidade aos valores e ao ideal europeu: é esse o primeiro de todos os problemas. O projeto europeu é um projeto eminentemente solidário, animado pela ambição da prosperidade, da melhoria da qualidade de vida, da coesão social e territorial, da convergência. Em que a partilha de soberania é posta ao serviço da prossecução de interesses comuns, em benefício de todos. O que se constata, porém, é que muitas vezes, e em especial nos momentos mais difíceis em que a União Europeia é chamada a gerir crises de enorme complexidade - da crise económico-financeira à crise dos refugiados, da ameaça terrorista à cooperação para o desenvolvimento - a solidariedade europeia fica muito aquém da dimensão dos problemas. E frequentemente nem chega a dar sequência às decisões tomadas em sucessivas cimeiras ditas “decisivas”. A este sentimento de desagregação junta-se o agravamento explosivo e intolerável das assimetrias económicas e sociais entre os países do Norte e do Centro e os da periferia do Sul, no seguimento da crise financeira e, antes disso, das próprias dinâmicas induzidas pela Moeda Única.

A resposta de que a União Europeia precisa passa, antes de mais, por um reencontro com os seus valores e com os desígnios do ideal europeu; por assumir, de novo, uma corresponsabilidade solidária no enfrentar dos desafios, na gestão das crises, no superar dos problemas. E, se assim for, isso terá obrigatoriamente de inspirar um Novo Impulso para a Convergência. Porque sem essa ideia de convergência, sem a ambição de mais prosperidade para todos e de mais coesão económica, social e territorial, o projeto europeu não faz sentido. E um projeto sem sentido não terá futuro.

Num passado não muito distante, sob a égide de visionários como Jacques Delors, a União Europeia tinha como mote a coesão. Atualmente a União Europeia parece quase indiferente à divergência causada por um quadro de regras de governação económica que vai cavando ainda mais o fosso entre centro e periferia e vai transformando o diálogo europeu entre iguais numa constante negociação conflitual entre credores e devedores. O espírito de solidariedade parece substituído pela ditadura do “risco moral”, o esforço de coesão suplantado pelo império da austeridade.

A resposta socialista perante esta deriva europeia não pode ser outra senão a de retomar a bandeira da convergência. E convergir significa compensar as diferenças que permanecem entre as economias europeias, absorver os choques assimétricos que o Euro potencia e mitigar os persistentes desequilíbrios macroeconómicos no seio da União Económica e Monetária.

A outra mudança de que a União Europeia precisa, digamo-lo sem rodeios, diz respeito à política económica e orçamental. É certo, a nova Comissão Europeia, liderada por Jean Claude Juncker, correspondendo sobretudo às exigências dos socialistas no Parlamento Europeu, deu alguns passos no sentido de uma maior flexibilidade orçamental, mas tais passos são ainda manifestamente insuficientes. Uma União Europeia que precisa

desesperadamente de estimular o investimento não pode penalizar com as suas regras orçamentais as contribuições nacionais para o financiamento de projetos estratégicos europeus ou para projetos enquadrados pelos próprios programas comunitários, a começar pelos atinentes à política de coesão.

Do mesmo modo, as orientações no sentido de uma política orçamental mais favorável ao crescimento e à convergência tardam em ter consequências visíveis no âmbito da interpretação das regras do Euro e do diálogo com os Estados-membros no quadro do Semestre Europeu. E a mesma coisa se diga da visão das reformas estruturais, sobretudo na sua dimensão social. Finalmente, a coordenação das políticas económicas, que deveria levar as economias com mais margem orçamental a tirarem partido dos excedentes acumulados para reforçar o investimento e estimular o crescimento, dinamizando as trocas comerciais no interior da União, parece incapaz de superar as evidentes resistências.

Enquanto isso, o Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, não se cansa de alertar para o facto de que a política monetária, sozinha, não será capaz de impulsionar o crescimento de que a Europa precisa, sobretudo agora que se acentua o abrandamento das economias emergentes. E o problema é mesmo esse: a política monetária tem estado quase sozinha, quando não a remar contra a maré de uma política orçamental ainda predominantemente austeritária.

É preciso inverter urgentemente este estado de coisas e conquistar condições para uma política orçamental mais favorável ao crescimento e ao emprego.

Do mesmo modo, vai-se tornando evidente que o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, ou Plano Juncker, tal como está concebido e financiado, fica aquém do necessário para impulsionar de forma suficientemente expressiva o investimento público e privado na União Europeia, apesar da sua ambição de mobilizar 315 mil milhões de euros adicionais de investimento em três anos. Nem a celeridade dos procedimentos, nem a dimensão da alavancagem, nem o controlo da adicionalidade, nem o próprio volume dos projetos aprovados garantem hoje as mais-valias pretendidas para a economia e o emprego na Europa. Mais: os dados conhecidos sobre a distribuição geográfica dos fundos aprovados atestam que não está a ser cumprido o objetivo de promover a coesão territorial, o que significa que não foi devidamente acautelado o contributo deste instrumento financeiro para o desígnio europeu da convergência. A avaliação dos resultados obtidos pelo Plano Juncker deve inspirar uma revisão dos seus pressupostos financeiros, das suas condições e dos seus regulamentos, tendo em vista o lançamento de um Plano Juncker II com mais ambição e mais atenção à coesão territorial, para relançar o investimento produtivo, fomentar a competitividade e responder ao agravamento das assimetrias que está a minar o projeto europeu.

Por outro lado, a revisão do Quadro Financeiro Plurianual (MFF) 2014-2020, agendada para o final deste ano, é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para assegurar a necessária flexibilidade na alocação dos meios financeiros existentes de modo a acorrer às crises imprevistas com que a União Europeia está confrontada, sem

prejuízo das verbas afetas aos objetivos de coesão, mas também para fazer uma verdadeira reavaliação da suficiência dos recursos disponíveis a nível europeu.

Todavia, além da reorientação das políticas económicas e sociais, a União Europeia precisa, para si própria, de um verdadeiro programa de reformas estruturais. De facto, não basta que as instituições europeias listem as reformas estruturais de que os Estados-membros necessitam, é preciso que a própria União Europeia e a Zona Euro empreendam uma agenda de reformas que responda aos problemas de fundo do seu desenho institucional.

Após o auge da crise financeira e das respostas de emergência que, cimeira após cimeira, foram sendo lentamente construídas, o ímpeto reformista europeu parece esbater-se e muitos dos problemas que afetam em especial o funcionamento da Zona Euro, já amplamente diagnosticados, continuam por resolver. Foi ainda em 2014 que a Cimeira do Euro e depois o Conselho Europeu mandataram os presidentes das instituições europeias para traçarem um roteiro para o futuro da União Económica e Monetária. Uma primeira "Nota Analítica" deu depois lugar ao chamado "Relatório dos 5 Presidentes". Mas já estamos em 2016 e o progresso é escasso - e demorado.

A crise económico-financeira expôs à evidência as insuficiências da União Económica e Monetária - obra inacabada e, por isso, disfuncional. Sem domínio sobre a política monetária e sem a arma da desvalorização cambial, os Estados do Euro ficaram expostos aos choques assimétricos provocados pelas crises e pela especulação financeira. Se a introdução do Euro introduziu dinâmicas de divergência, favorecendo as economias do centro e limitando as da periferia, a Grande Recessão, a crise das dívidas soberanas e as políticas de austeridade agravaram-nas substancialmente. A União Económica e Monetária precisa, portanto, e urgentemente, de se dotar de instrumentos que superem as fragilidades da sua arquitetura institucional - para que se possa falar de uma verdadeira União Económica, e não apenas Monetária - e que corrijam as assimetrias verificadas no seu seio.

O Mecanismo Europeu de Estabilidade, uma solução improvisada no pico da crise, deve evoluir para um autêntico Fundo Monetário Europeu, com o músculo financeiro necessário para auxiliar os Estados-membros em períodos de instabilidade financeira e dificuldades no acesso ao crédito internacional. Muitos outros instrumentos têm sido propostos, como uma parcial e progressiva mutualização europeia das dívidas, outras formas de instituir um prestamista de último recurso, a criação de um estabilizador automático através de um mecanismo europeu de proteção no desemprego e a incontornável atribuição à Zona Euro de recursos próprios que lhe confirmem uma efetiva capacidade orçamental, não dependente das contribuições nacionais.

Inacabada permanece também a União Bancária, apesar de ser uma peça-chave para garantir a solidez do sistema financeiro: falta uma verdadeira garantia europeia de depósitos e o mecanismo único de resolução precisa de meios para funcionar como um

autêntico travão de eventuais crises sistémicas. O mesmo se diga da União de Capitais, necessária para a sustentabilidade e a eficiência do sistema financeiro.

Muito há a fazer, também, no domínio da coordenação da governação económica, mas tudo o que aí há a fazer deve ir de par com o aperfeiçoamento da governação política, de modo a reforçar a legitimidade democrática da condução das políticas económicas e orçamentais. Em todo o Semestre Europeu é preciso aprofundar o controlo democrático, reforçando o acompanhamento e os poderes de decisão do Parlamento Europeu ao longo do ciclo orçamental e salvaguardando o papel próprio dos parlamentos nacionais.

A experiência de aplicação das atuais regras orçamentais deve, igualmente, como aliás está previsto no próprio Tratado Orçamental, ser submetida a avaliação. A controvérsia e a intolerável incerteza sobre o real significado de conceitos decisivos como os de “crescimento potencial” e “défice estrutural” são apenas exemplos de matérias que exigem revisão, pelo que o debate em curso no Eurogrupo sobre essa matéria deve ser entendido apenas como o início de uma discussão mais profunda.

No âmbito da política fiscal, impõe-se uma bastante maior harmonização e transparência, para impedir esquemas de concorrência desleal entre os Estados-membros, fomentar a troca de informação fiscal, travar a fuga aos impostos e contrariar o recurso aos chamados “*offshores*” ou paraísos fiscais “não colaborantes”.

Uma União da Energia e uma União Digital são outros exemplos de respostas estruturais necessárias para problemas de primeira grandeza. Não basta criar mercados únicos. Estas agendas são fundamentais para diferenciar competitivamente a União Europeia e permitir que ela retome a liderança na luta por uma globalização regulada por valores humanistas, pelo combate às desigualdades e pela proteção ambiental. No domínio da energia, onde se verifica uma excessiva dependência do gás russo e uma preocupante fragmentação das redes elétricas, gerando preços discrepantes no interior do mercado único e riscos para a segurança do abastecimento, impõe-se um verdadeiro sistema energético europeu e o reforço das interligações entre Estados-membros. No domínio digital, é preciso superar a elevada segmentação que limita a competitividade europeia, quebrar as barreiras que ainda subsistem no mundo virtual e avançar para a criação de um espaço comum de criação, fruição e comercialização de conteúdos *online*.

A própria crise dos refugiados reclama muito mais do que respostas de emergência à altura do desafio humanitário suscitado pela tragédia do Mediterrâneo, antes exige a efetiva implementação de uma Agenda Europeia das Migrações que assegure canais de imigração legal, promova o controlo das fronteiras externas, contrarie a imigração clandestina, favoreça a integração dos imigrantes e reforce a cooperação com os países de origem dos fluxos migratórios. E exige também uma reforma do sistema europeu de asilo, consagrado no Regulamento de Dublin.

1.3. Defender os interesses de Portugal na União Europeia

O Governo do Partido Socialista, honrando os seus compromissos com os portugueses, rompeu com a atitude subserviente do Governo anterior e tem-se batido, por vezes em condições muito difíceis, pela defesa dos interesses de Portugal em Bruxelas.

É falsa e inaceitável a ideia de um estatuto menor de Portugal na União Europeia, representada pela famosa imagem do “bom-aluno” obediente às ordens e ensinamentos do “professor”, como se lhe estivesse vedado o direito de participar, de igual para igual e por direito próprio, na discussão das regras e das orientações das políticas europeias, ou como se fosse impróprio fazer como os outros fazem e ousar defender os interesses nacionais. Pelo contrário, Portugal é um Estado-membro de pleno direito da União Europeia e o Partido Socialista sabe que a construção europeia é um espaço de negociação permanente, em que a prossecução do interesse comum se faz mediante o compromisso e a consideração dos diferentes interesses de cada um. E também da construção de alianças entre aqueles que partilham problemas semelhantes e interesses afins.

Não se trata, evidentemente, de perfilhar uma atitude de confronto com as instituições europeias: há bastante mais por onde escolher entre a obediência e a subserviência. Do que se trata é de participar mais ativamente, e com espírito construtivo, no projeto europeu. E trata-se também de, respeitando as regras e os compromissos assumidos, garantir o respeito pelo princípio da igualdade e não abdicar da defesa do interesse nacional.

A negociação europeia do esboço do Orçamento para 2016 é bem o exemplo das implicações desta nova atitude para a vida dos portugueses. Em resultado dos compromissos alcançados, e sempre sem prejuízo do rigor nas contas públicas, aquilo que se dizia impossível afinal aconteceu: o ciclo de empobrecimento foi travado e, finalmente, as famílias portuguesas estão a recuperar os seus rendimentos.

A governação do Partido Socialista, em articulação com os seus parceiros parlamentares, pode bem ser a demonstração, tão necessária à Europa, de que é possível outro caminho.

1.4. Orientações estratégicas

São sete as orientações estratégicas essenciais que daqui decorrem para o Partido Socialista na frente europeia:

- a) Pugnar pela fidelidade do projeto europeu aos seus valores e aos seus ideais, com reforço da solidariedade, da coesão e da convergência entre os Estados--membros;
- b) Defender a reorientação da política orçamental europeia, no sentido de uma maior flexibilidade e melhor compatibilização com os objetivos da convergência, do crescimento e do emprego;

- c) Pugnar por uma revisão adequada do Quadro Financeiro Plurianual e pelo reforço dos instrumentos de investimento a nível europeu;
- d) Apoiar uma agenda de verdadeiras reformas estruturais para a União Europeia e para a União Económica e Monetária;
- e) Valorizar a democracia no processo de construção europeia, designadamente através do reforço do Parlamento Europeu e do escrutínio democrático pelos cidadãos europeus;
- f) Assegurar a defesa dos interesses de Portugal na União Europeia e construir as alianças necessárias à salvaguarda dos interesses nacionais e a fazer avançar o projeto europeu;
- g) Colocar Portugal na primeira linha da União da Energia e da União Digital, enquanto estratégias europeias de afirmação competitiva no quadro de uma globalização sustentável.

2. O PS e os desafios globais

2.1. Um tempo de desafios globais

O tempo que vivemos é um tempo de desafios globais. Da paz e segurança à assistência humanitária; do terrorismo aos direitos humanos; do tráfico de droga ao tráfico de pessoas; do desenvolvimento sustentável às alterações climáticas; da regulação do sistema financeiro à cooperação fiscal; do comércio internacional ao crescimento inclusivo e ao combate às desigualdades.

A complexidade dos problemas globais exige, evidentemente, uma resposta global, o que passa, inevitavelmente, pelo reforço das instituições multilaterais e do seu poder de regulação, bem como pela cooperação à escala global. Muito pode ser alcançado se houver verdadeira vontade política, como a Conferência do Clima, em Paris, acaba de mostrar.

De entre todas as instituições multilaterais, sobressai, naturalmente, o papel insubstituível da Organização das Nações Unidas. É muito importante que o próximo Secretário-Geral da ONU seja alguém com elevada experiência política, incluindo no plano internacional, que conheça bem o funcionamento da Organização e que tenha dado provas no enfrentar dos problemas mais dramáticos com que o Mundo hoje se depara, como é o caso da crise dos refugiados. Mais do que isso, é importante que o próximo Secretário-Geral da ONU tenha uma visão lúcida sobre o papel das Nações Unidas ao serviço da paz, do desenvolvimento, dos direitos humanos e da cooperação económica e social. António Guterres é, sem dúvida, o candidato que melhor reúne todas estas qualidades e tem por isso o apoio empenhado dos socialistas portugueses.

2.2. Defender os interesses de Portugal no Mundo

A defesa dos interesses de Portugal neste Mundo de desafios globais tem de passar, necessariamente, por uma aposta no multilateralismo, mas também por uma política externa de parcerias estratégicas, no quadro europeu, no espaço transatlântico e ainda na área da lusofonia.

A CPLP é um compromisso firme do Estado português, que o Governo do Partido Socialista não deixará de valorizar, designadamente tendo em vista a construção de uma verdadeira cidadania lusófona, em articulação com uma política da língua de alcance global.

As parcerias regionais e bilaterais, em especial com os Estados onde residem comunidades portuguesas emigrantes e com os mercados de especial interesse para a nossa diplomacia económica, terão de merecer, igualmente, a maior atenção.

Mas a História e os laços políticos e culturais de Portugal devem suscitar uma sensibilidade acrescida para os temas da cooperação e do desenvolvimento, sobretudo neste momento em que a comunidade internacional se comprometeu com novas ambições em matéria de objetivos globais de desenvolvimento sustentável. Esse é um domínio que reclama uma aposta estratégica renovada das políticas públicas e que convida, de modo especial, a um aprofundamento das relações de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste.

2.3. Orientações estratégicas

Assim, devem ser assumidas as seguintes orientações estratégicas quanto à defesa dos interesses de Portugal no Mundo:

- a) Reforçar a aposta no multilateralismo e defender o reforço da capacidade de regulação das instituições multilaterais;
- b) Desenvolver uma política externa de alianças estratégicas;
- c) Valorizar a CPLP e a política da língua;
- d) Aprofundar a relação de Portugal com os Estados onde residem comunidades portuguesas e com os mercados de especial interesse para a diplomacia económica;
- e) Intensificar a política de cooperação portuguesa e a participação de Portugal na promoção dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

III

O PS, as Regiões Autónomas e o Poder Local

1. Uma visão descentralizada e descentralizadora do País

É tempo de levar a sério a ideia de descentralização.

O Portugal Democrático, que o 25 de abril tornou possível, reforçou o Poder Local e consagrou as Autonomias Insulares dos Açores e da Madeira. Desde então, importantes desenvolvimentos foram ocorrendo na configuração da administração regional e local.

Todavia, e apesar dos notáveis sucessos tanto da democracia regional como da democracia local, Portugal continua a pagar um elevado custo pela ineficiência decorrente da descoordenação territorial da administração desconcentrada do Estado e pelo peso de uma velha tradição centralista, que não foi ainda possível superar completamente.

A inexistência de um modelo coerente de organização territorial do Estado promove a opacidade, gera elevadíssimos custos de contexto e promove decisões baseadas no desconhecimento da realidade e por vezes até em preconceitos quanto à suposta incapacidade de uma gestão descentralizada das políticas públicas. Ao invés, uma política de proximidade permite uma maior participação, transparência e controlo democrático dos processos de tomada de decisão ao nível regional e local.

A ambição do Partido Socialista é levar mais longe, já nesta legislatura, uma visão descentralizada – e, portanto, descentralizadora - do País.

2. Aprofundar a Autonomia Regional

Com a instauração das Autonomias, deu-se resposta às especificidades derivadas da História e Geografia insulares, mas também, e sobretudo, permitiu-se que estas Regiões ultrapassassem e recuperassem de séculos de abandono, criando instrumentos democráticos de auto-governo que colmassem, rápida e eficazmente, as consequências do reiterado esquecimento e das múltiplas assimetrias, em parte resultantes da localização ultraperiférica, das descontinuidades geográficas e consequentes sobrecustos que sempre penalizaram as respetivas populações.

Consagrada, desde logo, na versão original da Constituição da República de 1976, e aliás protegida como limite material de revisão constitucional, a Autonomia Insular, ao longo de sucessivas versões da Lei Fundamental, e sempre com o contributo decisivo, do Partido Socialista, foi sendo aperfeiçoada em vários aspetos da sua arquitetura jurídico institucional, sendo aprofundada a respetiva competência legislativa e finalmente extinta a figura do chamado “Ministro da República”.

Passados que são agora 40 anos da consagração e institucionalização dos regimes autonómicos insulares, e em jeito de balanço, é de elementar justiça reconhecer que as Autonomias se afirmaram como um dos grandes sucessos do Portugal Democrático, ao nível da participação cívica e do auto-governo das suas populações, bem como do patamar de desenvolvimento que conquistaram. É, pois, como uma mais-valia para a República que a Portugalidade Atlântica das Autonomias Insulares deve ser entendida.

O PS, fiel ao seu pendor autonomista que a História confirma, encara, pois, com total abertura e disponibilidade o carácter dinâmico do processo autonómico, o aperfeiçoamento da sua arquitetura jus-institucional, a clarificação e consolidação das suas competências legislativas, a salvaguarda do “adquirido autonómico”, o reforço dos mecanismos de audição e participação dos órgãos dos governos autónomos junto dos órgãos de soberania da República e das instituições europeias – e continuará a honrar, no relacionamento com as Autonomias, os princípios da descentralização, da subsidiariedade, da solidariedade e da coesão territorial.

Foi com um Governo do PS que se elaborou a primeira lei das finanças das Regiões Autónomas; foi com este Governo do PS que se consagrou, finalmente, o princípio do livre acesso e da reciprocidade entre o Serviço Nacional de Saúde e os Serviços Regionais de Saúde dos Açores e da Madeira. Será, com certeza, com este Governo do PS que a participação ativa dos órgãos das Regiões Autónomas no ordenamento e na gestão dos mares dos Açores e da Madeira terá adequada garantia e exequibilidade normativas, assumindo uma visão integrada, a benefício de todos os portugueses.

3. Por uma reforma democrática do poder local

A racionalização da administração territorial do Estado, a descentralização e a subsidiariedade são formas de atingir uma governação baseada na autonomia local, na gestão de proximidade e na promoção da competitividade territorial. E esses são desígnios assumidos pelo Partido Socialista.

O ciclo autárquico 2017-2021 terá de ser marcado por uma profunda transformação no modelo de funcionamento da administração pública. A nossa ambição é fazer do ano 2017 o ano da descentralização e da reforma democrática do Estado.

O novo modelo territorial que preconizamos assentará em cinco regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial, correspondentes às áreas de intervenção das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), complementadas pela criação das autarquias metropolitanas de Lisboa e do Porto. Envolverá, também, uma forte aposta na descentralização para os municípios da gestão dos serviços públicos de carácter universal e na afirmação das freguesias como polos da democracia de proximidade e fatores de igualdade no acesso aos serviços públicos. Finalmente, valorizará a cooperação intermunicipal, através das comunidades intermunicipais.

Esta reforma, para ter verdadeiro alcance, exige uma adequada distribuição de recursos que permita o exercício efetivo das competências a transferir, aproximando Portugal dos níveis de financiamento local existentes nas democracias europeias.

Mas a transferência de competências e recursos para órgãos com maior proximidade exige, naturalmente, uma legitimação democrática desses órgãos. Com o PS será finalmente possível dar legitimidade democrática às CCDR e criar verdadeiras autarquias metropolitanas nas grandes áreas urbanas, igualmente dotadas de legitimidade democrática.

As CCDR serão a base da organização territorial da administração pública, passando o seu órgão executivo a ser eleito pelos membros das câmaras e assembleias municipais da respetiva área de intervenção. A eleição das CCDR deverá decorrer logo após as eleições locais de outubro de 2017, de modo a que o próximo quadro financeiro para o período pós-2020 possa ser preparado tendo em conta as prioridades regionais e a vontade dos representantes das populações.

A legitimidade democrática e a coerência territorial permitirão uma definição apropriada da estratégia de desenvolvimento regional, bem como a participação ativa na definição das prioridades de investimento, por forma a afastar o modelo centralista e pouco transparente com que foram definidas as prioridades para o período de fundos europeus que vai até 2020.

Quanto às grandes áreas urbanas de Lisboa e do Porto, o atual modelo de funcionamento é totalmente desajustado. Trata-se de realidades muito diferentes da maioria das Comunidades Intermunicipais do país. E realidades diferentes devem merecer abordagens diferentes. É necessário um modelo de organização adequado a desafios tão importantes como a gestão dos transportes, das águas, dos resíduos, da energia ou da promoção económica e turística. As novas áreas metropolitanas exercerão competências a descentralizar das estruturas desconcentradas do Estado e serão responsáveis pela articulação das estratégias municipais. Também aqui, impõe-se um processo de legitimação democrática, com a eleição direta dos órgãos metropolitanos já em 2017, sendo Presidente do órgão executivo o primeiro eleito da lista mais votada.

As Comunidades Intermunicipais, por seu turno, são um instrumento de reforço da cooperação intermunicipal e têm vindo a afirmar-se como interlocutores do Governo e representantes dos municípios que as integram, assumindo responsabilidades crescentes na definição de estratégias territoriais supramunicipais e, em muitos casos, movimentando volumes financeiros importantes. Devem ser valorizadas e agir em articulação com o modelo de governação territorial resultante da democratização das CCDR e da criação das autarquias metropolitanas. O seu contributo para a definição das prioridades de desenvolvimento local, a gestão descentralizada dos programas operacionais regionais e a coordenação das estratégias municipais irá permitir mais participação e maior racionalidade na definição das políticas públicas a nível intermunicipal.

É também chegado o momento para um novo contrato de confiança com as autarquias locais. Como é sabido, a subsidiariedade é a regra que preside à definição do nível mais adequado para o exercício de atribuições e competências. E é ela que deve inspirar uma estratégia coerente de descentralização para as comunidades intermunicipais, mas também para os municípios e as freguesias.

Os Municípios são a trave-mestra, a base das políticas públicas de proximidade. O propósito do Partido Socialista e do seu Governo é que o ciclo autárquico 2017-2021 seja marcado por um avanço significativo numa efetiva descentralização de competências e de recursos financeiros e humanos. Assim, a gestão de proximidade das políticas públicas terá base municipal nos domínios da educação (com reforço da autonomia pedagógica das escolas), da saúde (sobretudo ao nível dos cuidados de saúde primários e continuados), da ação social, dos transportes, da cultura, da habitação, da proteção civil, da segurança pública e em certos domínios das áreas portuárias e marítimas. A intenção, anunciada pelo Governo, de iniciar o processo legislativo com vista a descentralizar competências, em busca de um novo paradigma na relação entre os vários níveis do poder, obriga a um processo de análise e consulta muito aprofundado e altamente participado por todos. Em qualquer caso, e como já se disse, novas competências implicam um novo quadro financeiro. O que pretendemos é que no horizonte de uma década o nível de participação das autarquias locais nas receitas públicas atinja a média europeia.

Também as Freguesias terão um reforço de competências, diferenciado em função da sua natureza, e exercerão competências próprias em domínios que hoje lhes são atribuídos apenas em caso de delegação municipal. A reorganização territorial das freguesias será devidamente reavaliada no final do atual mandato com base em critérios objetivos que permitam às autarquias locais aferir os resultados e corrigir os casos mal resolvidos.

4. Eleições regionais e eleições autárquicas

A próxima batalha eleitoral do PS serão as eleições para a Assembleia Legislativa dos Açores, já em 2016. Como sempre, estaremos com total e renovado empenho ao lado do PS/Açores, pugnando por mais uma expressiva vitória. E fá-lo-emos com convicção reforçada, cientes do enorme mérito da governação competente do Governo Regional dos Açores, que muito honra o Partido Socialista e sem dúvida merece renovação da confiança dos açorianos.

Pela importância do poder local para o desenvolvimento do País e para a satisfação das exigências de um Portugal moderno, a forte mobilização em torno das eleições autárquicas de 2017 é uma absoluta prioridade política para todos os socialistas.

O Partido Socialista é hoje a maior força política do poder local, tendo conquistado a Presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE). Ambas as estruturas são hoje parceiras estratégicas importantes do Governo na definição de políticas públicas, no aprofundamento da

autonomia do poder local e na estruturação do processo de descentralização de competências.

Renovar a maioria nos municípios e nas juntas de freguesia - e assim assegurar a manutenção da presidência da ANMP e da ANFRE- é a prioridade eleitoral do PS em 2017. O que esperamos é que as eleições locais permitam consolidar uma maioria autárquica em sintonia com o novo tempo político liderado pelo Partido Socialista desde o final de 2015.

A preparação de programas de ação e de equipas de candidatos deverá ser feita com a devida antecedência, preferencialmente até ao final do primeiro trimestre de 2017. O princípio geral será o da recandidatura dos atuais Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia. Poderão também ser estabelecidas plataformas de diálogo com outras forças políticas, cidadãos independentes e movimentos de cidadãos visando a procura das soluções de governação local que melhor sirvam as populações.

As próximas eleições regionais na Região Autónoma da Madeira, embora mais distantes, e os novos procedimentos eleitorais para a liderança das CCDR e das novas autarquias metropolitanas de Lisboa e do Porto constituirão, também, importantes desafios para os socialistas. Também eles vão requerer uma forte mobilização e preparação atempada.

Ao longo de 40 anos de democracia regional e local, os eleitos do PS contribuíram decisivamente nas Regiões, nos Municípios e nas Freguesias, para a profunda transformação da sociedade portuguesa e para a melhoria da qualidade de vida das populações. É esse serviço que desejamos continuar a prestar ao País, a bem da democracia e de um futuro melhor.

5. Orientações estratégicas

Assim, são orientações estratégicas do Partido Socialista:

- a) Aprofundar a descentralização do País, reforçar as Autonomias Regionais e concretizar um amplo movimento de descentralização de competências e redistribuição de recursos a benefício dos municípios e das freguesias;
- b) Criar as autarquias metropolitanas de Lisboa e do Porto e valorizar as comunidades intermunicipais;
- c) Concretizar uma reforma democrática do poder local, assegurando a legitimidade democrática das CCDR e a eleição direta da liderança das novas autarquias metropolitanas;
- d) Preparar e mobilizar o Partido para as eleições regionais nos Açores, em 2016, e para as eleições autárquicas, em 2017.

IV

O PS, a democracia e o futuro

1. O Partido, para lá do Governo

O Governo é sempre o projeto maior de um Partido como o Partido Socialista. E sê-lo-á ainda mais agora, quando cumpre a ambição de oferecer ao País uma alternativa às políticas de austeridade e constitui uma experiência política absolutamente nova na democracia portuguesa, derrubado que foi o velho anátema do “arco da governação”. Soubemos procurar o diálogo e os compromissos parlamentares para tornar possível o “virar de página” reclamado pelos portugueses. E o nosso dever, agora, é **Cumprir a Alternativa e Consolidar a Esperança**.

O Partido Socialista é o maior suporte político da atual governação e tudo fará para garantir o seu sucesso e confirmar a viabilidade de uma alternativa à estratégia de empobrecimento. Mas o PS não se esgota nessa tarefa e terá de afirmar-se como um partido autónomo do Governo, capaz de um pensamento próprio e de ideias novas, aberto à cidadania, dialogante com os sindicatos e os movimentos sociais. Um partido vivo e atuante em múltiplas frentes, empenhado em múltiplos combates.

Por isso, o Secretário-Geral do Partido optou por utilizar a faculdade estatutária de ter uma Secretária-Geral Adjunta, para que nada na vida partidária tenha de parar por causa do peso das tarefas governativas.

As estruturas de direção do PS devem ser constituídas por pessoas com empenhamento cidadão na política em diversas frentes de intervenção. Somos um partido de Governo, com forte atividade parlamentar e autárquica, mas também enraizado na sociedade civil. Essa diversidade deve estar refletida na organização e no funcionamento do PS.

2. Renovar o PS, renovar a democracia: uma dinâmica permanente de abertura

Inserido na tradição do socialismo democrático, o Partido Socialista é o grande partido da Liberdade e da Democracia. Conosco, desde a primeira hora, a democracia começa na nossa própria casa. No PS pode e deve discutir-se tudo. Não só respeitamos, como valorizamos, e até estimulamos, a diferença de opiniões e a participação livre dos militantes, dos simpatizantes e dos cidadãos independentes. Desta forma, a dinâmica do PS fortalece a democracia e o destino do PS torna-se obra coletiva.

Somos um pilar fundamental da democracia portuguesa, mas não queremos ser um partido tradicional. Ao Partido Socialista se devem muitas das mais significativas inovações na vida partidária portuguesa, desde dinâmicas marcantes de abertura e debate, como os Estados Gerais, as Novas Fronteiras, ou o Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal, até procedimentos participativos como as eleições diretas para

líder do Partido, agora também abertas a não militantes, ou a instituição de regras que garantem o respeito pela igualdade de género nas listas de candidatos, ou ainda, mais recentemente, a sujeição do próprio programa eleitoral a um processo de consulta pública e de ampla recolha de contributos na sociedade civil, bem como a sua apresentação com um cenário macroeconómico de avaliação do impacto económico e financeiro das medidas propostas. De modo especial, as eleições primárias de 2014 foram uma boa demonstração do potencial de abertura dos partidos à sociedade, mas mostraram também a disponibilidade dos cidadãos para participar, por novas formas, na vida política e partidária.

Sabemos que renovar o Partido Socialista é, também, renovar a democracia. E é essa dinâmica de renovação que pretendemos manter. Queremos repensar o funcionamento do Partido, para fortalecer o envolvimento da militância na formação das políticas e na tomada de decisões. E tirar pleno partido das novas tecnologias para instituir novas formas de comunicação e participação, sobretudo com os mais jovens.

Em vez de um modelo hierárquico de Partido, fechado e centrado na sua direção, queremos um modelo de organização em rede, aberto à participação e em contacto permanente com a sociedade. Uma rede de cidadãos que confiam no PS e querem influenciá-lo na definição das suas escolhas, das suas propostas e das suas medidas. E que, quando for o caso, participam em eleições primárias abertas.

Queremos, assim, impulsionar uma forte dinâmica de abertura do Partido Socialista aos cidadãos que queiram participar na vida política. Uma abertura menos centrada nos órgãos, mais centrada nas atividades; menos protagonizada pelas estruturas partidárias e mais realizada nos *fora* de participação.

Se a estrutura partidária encarregue de organizar o debate interno sobre as propostas políticas do Partido Socialista é o Gabinete de Estudos, outros espaços, como a Fundação Res Publica, devem ser revitalizados como instrumentos de reflexão, debate e formação de quadros políticos. A formação política deve ser uma grande prioridade do partido e das instituições com que colabora, de forma a aprofundar a identidade política do projeto do socialismo democrático em Portugal e a apoiar a ação dos que nele se empenham, seja na vida partidária, seja nas funções políticas e na participação cívica.

Todavia, se queremos um partido mais aberto, queremos também que ele seja mais Partido. A abertura não tem que sacrificar o dinamismo da atividade partidária a cargo dos militantes. Mas também aqui há espaço para a renovação: proporemos à Comissão Nacional que inicie um processo de remodelação da estrutura partidária e do modelo de vinculação ao partido. Os modelos tradicionais de vinculação, assentes na contribuição financeira para o partido, com o pagamento de quotas, e na disponibilidade para o exercício de funções partidárias, geraram efeitos perversos bem conhecidos, e que importa contrariar. Não nos resignamos a ser um partido preso aos problemas típicos de democracias em fase de construção. Exigimos de nós mesmos sermos um partido próprio de uma democracia madura. Do mesmo modo, assumimos, com

modéstia, que a nossa base militante é estreita para a nossa representatividade real na sociedade portuguesa. Ambicionamos, por isso, combinar o reforço da base militante com a diversificação das formas de abertura e participação.

Manteremos, também, uma atitude exigente em matéria de transparência, a começar pelos próprios militantes do Partido Socialista chamados ao exercício dos mais diversos cargos políticos, porque sabemos que a democracia, a vida cívica e a própria vida partidária exigem elevados padrões éticos e modos de funcionamento que permitam o escrutínio público pelos cidadãos.

3. Reforçar a presença dos socialistas no mundo laboral, valorizar a concertação social

Na interação entre o Partido Socialista e a sociedade, especial atenção deve ser dada à presença do PS no mundo laboral. Os sindicatos encontram-se entre as forças propulsoras do movimento político do socialismo democrático e os partidos como o nosso têm no seu código genético uma forte componente de respeito pela luta das organizações representativas dos trabalhadores. A causa da sua emancipação e da melhoria das suas condições de vida é também uma causa dos socialistas.

Assumir esta proximidade histórica no início do século XXI não corresponde a recuperar lógicas de classe - a que os socialistas democráticos, aliás, nunca se prenderam - e muito menos a reativar modelos orgânicos de integração entre a vida partidária e a vida sindical, que nunca defendemos. Respeitamos igualmente as duas centrais sindicais e defendemos a total autonomia do movimento sindical face aos partidos. Mas reconhecemos o mercado de trabalho e a dinâmica do sindicalismo como terrenos da maior importância para o combate político do PS; exortamos os socialistas a filiarem-se em sindicatos e a reforçarem os mecanismos associativos dos trabalhadores e apoiamos convictamente os socialistas sindicalistas naquilo em que o nosso contributo possa valorizar a sua participação cívica.

Nos países com mais liberdade sindical, maior respeito e influência das organizações representativas dos trabalhadores conseguiram-se importantes conquistas sociais, que fizeram sociedades mais justas e mais democráticas. Nós valorizamos os sindicatos e entendemos que a sua vitalidade tem correlação positiva com a força da democracia e a defesa da igualdade social. Preconizamos, por isso, a revalorização da contratação coletiva, depois do retrocesso causado pelas políticas da direita.

Por outro lado, faz parte da matriz do PS e da melhor tradição da social-democracia e do socialismo democrático a valorização da concertação social. O PS tem uma longa história de conquistas sociais obtidas em negociação com os parceiros sociais. Defendemos o diálogo aberto e a construção de convergências com todos os parceiros, sem aliados preferenciais ou exclusões pré-anunciadas. Tal como não deve haver um “arco da governação”, não deve haver um “arco da concertação”. A aposta na concertação social será uma das marcas do atual Governo do Partido Socialista, como já ficou patente no diálogo social a propósito do salário mínimo.

4. O diálogo político, além do diálogo social

O diálogo social não esvazia, de modo algum, o terreno próprio para o diálogo e o compromisso entre as forças partidárias. Nem a concertação privilegiada entre os partidos signatários dos Acordos que garantem apoio parlamentar maioritário ao Governo esgota as possibilidades de diálogo no sistema político português. Pelo contrário, ninguém está excluído da possibilidade de contribuir para a procura das melhores soluções para o País e ninguém se pode eximir da responsabilidade de construir os compromissos que se revelem necessários à salvaguarda do interesse nacional.

O Parlamento é o lugar próprio para esse diálogo. Sendo o palco natural das divergências, deve ser também o quadro institucional das convergências. E é deplorável que na Assembleia da República uma força política - como sucedeu com o PSD no debate do Orçamento para 2016 - se autoexclua do exercício da sua responsabilidade de apresentar propostas para solucionar os problemas do País.

5. Promover a participação democrática dos jovens

A participação democrática dos jovens é um desafio maior das democracias contemporâneas e deve ser também um desafio maior para o Partido Socialista e para a Juventude Socialista.

O desinteresse de muitos jovens pela vida política e partidária, bem como os elevados níveis de abstenção no eleitorado juvenil, têm que interpelar os responsáveis políticos, os educadores, a comunicação social e a sociedade no seu conjunto. É o futuro da democracia que está em causa.

Novas linguagens e novas formas de comunicação e interação são muito importantes. Mas também será necessária uma nova agenda, mais atenta aos interesses, aos problemas e às inseguranças dos jovens de hoje. E é preciso ainda mais: um reforço da presença do Partido Socialista e da Juventude Socialista no meio estudantil e junto dos jovens trabalhadores. É preciso ir ao encontro dos jovens para que os jovens encontrem o PS.

Além disso, é preciso ter a coragem de confiar aos jovens novas e mais importantes responsabilidades. Foi por isso que a elaboração do programa eleitoral do PS contou com a participação ativa de uma equipa de mais de 30 jovens militantes e simpatizantes e é também por essa razão que o Gabinete de Estudos operou uma significativa renovação geracional, tendo incluído um elevado número de jovens socialistas na sua Direção.

6. Aprofundar a igualdade de género

A igualdade de género foi uma das bandeiras que o PS ergueu mais alto na sua luta por uma sociedade mais justa e com menos discriminação. As quotas, que asseguram uma

justa representação de género nas listas de candidatos aos cargos políticos, foram uma regra interna do Partido Socialista muito antes de se tornarem uma lei para toda a República – também por iniciativa do PS. O Partido Socialista tem aqui um património de que se pode orgulhar. Mas não é o fim do caminho.

A participação política e cívica das mulheres, a sua participação equitativa na vida profissional e económica, sobretudo nos cargos de direção das empresas, incluindo nas sociedades comerciais cotadas, e, em geral, a conciliação entre essa participação e a vida pessoal e familiar, colocam, ainda hoje, desafios que não devem ser menosprezados. Todo o Partido Socialista, e não apenas o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, tem o dever de permanecer atento para garantir o pleno respeito pelo valor da igualdade de género, incluindo em todas as dimensões da vida política e partidária. Só assim o Partido Socialista estará à altura dos seus valores e honrará a sua história.

7. Reforçar a presença do PS nas comunidades emigrantes, estimular a participação política dos imigrantes

Portugal é o país da União Europeia com maior número de emigrantes, tendência que infelizmente se voltou a reforçar nos últimos anos por força das políticas da direita. O Partido Socialista não pode deixar de ter um trabalho de proximidade junto das nossas comunidades emigrantes, permitindo e estimulando o reforço da sua participação na vida democrática nacional. Nesse sentido, o Partido Socialista deverá desenvolver o seu modelo de organização junto das comunidades, valorizar e revitalizar a rede de secções nos países de acolhimento e explorar novas formas de relacionamento com os representantes dessas mesmas comunidades.

Por outro lado, o Partido Socialista foi o partido que mais se empenhou no desígnio da integração dos imigrantes, tornando as políticas portuguesas neste domínio referências exemplares à escala mundial. Também essa tradição é motivo de orgulho para o PS e é um contributo importante para uma sociedade mais aberta, mais cosmopolita, mais tolerante e mais justa. O Partido Socialista sabe que a os imigrantes, tal como os nossos emigrantes, têm direitos que devem ser respeitados; que a multiculturalidade é um fator de enriquecimento das sociedades e que a integração dos imigrantes favorece o desenvolvimento dos países de acolhimento e dos próprios países de origem. Se a lei da nacionalidade, aprovada por iniciativa de um Governo do PS, removeu muitos obstáculos a uma plena integração dos imigrantes na comunidade nacional, há ainda muito a fazer, designadamente nos domínios da participação cívica e política dos imigrantes. Por isso, o Partido Socialista deve constituir-se como plataforma política de acolhimento dos imigrantes e veículo para o reforço da sua participação política na sociedade portuguesa.

8. O PS e o futuro do socialismo democrático

O Partido Socialista é o partido que representa em Portugal os valores da família política europeia dos partidos socialistas, sociais-democratas e progressistas. Neste espaço político, o PS tem-se mostrado um dos partidos mais resilientes e mais capaz de

interpretar as mudanças sociais e económicas, antecipando as respostas políticas necessárias nos novos contextos.

Fortemente comprometidos com Portugal e os portugueses, demos exemplos de liderança europeia e mundial, no hoje designado Partido Socialista Europeu e na Internacional Socialista.

Estamos atentos ao que se passa na família política a que nos orgulhamos de pertencer. E não ignoramos os sinais preocupantes, que começaram há mais de uma década e se agudizaram no contexto da atual crise internacional. Os partidos socialistas, que há uma década e meia atrás lideravam a maior parte dos governos na Europa, sofreram diversos desaires eleitorais em razão de um complexo de fatores, em que as crises internas e as especificidades nacionais se interligam com a dificuldade de resposta aos desafios do novo quadro internacional. A social-democracia perdeu tração e hegemonia nos países escandinavos. Na Áustria, o candidato socialista acaba de ser afastado da segunda volta das eleições presidenciais. Na Alemanha o SPD, embora influente, sofreu uma cisão pela esquerda e perdeu parte da sua tradicional capacidade de enquadramento dos diferentes segmentos das classes trabalhadoras.

Enquanto isso, vimos nascer novas forças políticas, sobretudo no Sul da Europa, com configurações diversas mas todas disputando o eleitorado que tradicionalmente os partidos socialistas enquadravam. Na Grécia, o país mais tocado pela crise internacional, esse processo foi mais longe do que em qualquer outro País. Aí, assistimos à quase implosão da estrutura política tradicionalmente representativa do socialismo democrático e à chegada ao poder de uma nova formação política que se revelou mais apelativa para o eleitorado de esquerda. Em Espanha, o surgimento e a afirmação eleitoral do PODEMOS, embora com natureza algo diversa, criou uma situação de governabilidade difícil e, apesar dos esforços meritórios do PSOE, acabou por forçar a repetição das eleições. Em Itália, o movimento 5 Estrelas, de feição populista, obrigou também a um significativo realinhamento de forças. Em França e no Reino Unido, mas igualmente no Leste europeu, a emergência de partidos nacionalistas e populistas de direita, por vezes nem ocultando a sua pulsão autoritária, gera compreensíveis preocupações não apenas quanto ao futuro da esquerda, mas também quanto ao futuro da União Europeia e da própria democracia.

Não é fácil discernir o que têm de comum as dinâmicas políticas plurais na Europa. Mas essas dinâmicas tendem a gerar um enfraquecimento dos partidos centrais do sistema político, incluindo dos partidos socialistas, sociais-democratas e progressistas, diminuindo o seu poder de influenciar o futuro coletivo das suas sociedades.

Impõe-se que os partidos socialistas examinem o seu percurso e percebam as razões para os tempos difíceis que enfrentam.

É certo que Portugal pode ser apresentado como um país em que o Partido Socialista soube encontrar o seu rumo na crise, de modo a protagonizar a liderança da esquerda na mudança de rumo que os portugueses pediram nas últimas eleições. É também certo

que o PS teve à sua esquerda três partidos que manifestaram, no rescaldo das eleições de outubro de 2015, um enorme sentido de responsabilidade e uma grande capacidade de separar o essencial do acessório para construir, em espírito de diálogo e de compromisso, uma solução política que tornou possível a atual experiência de Governo. Mas quando se fizer a história desta experiência governativa haverá também que fazer justiça à capacidade que o PS teve, no seu último Congresso, de antecipar a necessidade dessa mudança, repudiando de forma inequívoca a fórmula obsoleta do “arco da governação”.

O nosso partido soube, mais uma vez, antecipar-se na interpretação das necessidades do nosso tempo. Décadas depois da queda do Muro de Berlim, vivendo os efeitos da derrocada da economia mundial para a qual o neoliberalismo nos arrastou a todos e da política de austeridade contra o Estado Social, sofrendo os efeitos da miopia do centro-direita europeu e das instituições de regulação internacional criadas para a fase anterior de globalização e incapazes de se adaptar aos desafios do estado atual do Mundo, o adversário principal da esquerda socialista, social-democrática e progressista não são as forças à sua esquerda, é o forte desvio neoliberal do centro-direita conservador e a emergência da direita populista, nacionalista, autoritária e xenófoba.

Os partidos da família progressista europeia não podem afastar-se da sua razão de sucesso histórico, ou seja, da sua capacidade para abraçar a causa da promoção do bem-estar dos trabalhadores, do reforço das classes médias, da criação de espaços de segurança e bem-estar para todos. A nossa família política protagonizou e ergueu sociedades inclusivas, expandiu os direitos sociais, promoveu a igualdade em liberdade. A nossa família política recalibrou os sistemas sociais que produziu, para responderem a novas necessidades e a novos riscos sociais, fez as reformas corajosas que reforçaram a sustentabilidade das políticas públicas e abriram os caminhos da modernização da economia e do Estado, continuando sempre a ser aquela que mais valoriza as pessoas como fulcro das políticas.

Porque sofreu, então, a nossa família política alguma erosão? Não podemos descartar as nossas próprias responsabilidades. Nem sempre acertámos o passo com as reais preocupações dos cidadãos e, de certo modo, fomos também contaminados, em diversos momentos históricos, pelo vírus da fé excessiva na autorregulação dos mercados, não sendo capazes de resistir às tendências de financeirização do capitalismo mundial, nem de impor uma regulação suficiente do processo de globalização.

Para se afirmar como força liderante de promoção do progresso social, a esquerda socialista, social-democrática e progressista tem que abraçar uma nova agenda em que continue a brilhar a chama dos seus princípios, revigorada pela capacidade de incorporar os novos desafios e de dar resposta aos anseios concretos dos cidadãos de mais democracia, mais segurança, mais liberdade e mais igualdade.

As nossas sociedades precisam que os partidos históricos da esquerda sejam capazes de responder às necessidades de uma sociedade que teme o futuro, que receia a

precariedade social, que desconfia das instituições que asseguraram a compatibilização do capitalismo com a democracia.

As nossas sociedades precisam que a nossa família política responda à crise deste século com o mesmo desassombro e a mesma capacidade de reinventar o pacto social que teve a seguir à crise de 1929 e à tragédia da II Guerra Mundial.

O Partido Socialista conhece os desafios que tem pela frente e sabe quais são as suas principais tarefas, tanto em Portugal como na frente europeia. E não adota apenas uma atitude defensiva, própria de quem resume as suas ambições à preservação das conquistas do passado. Pelo contrário, pretende oferecer aos cidadãos uma visão do futuro, novas propostas e novas razões de esperança. Com a adoção da sua Agenda para a Década, o Partido Socialista percorreu esse percurso de reinvenção e revelou que tem os olhos postos num futuro melhor para Portugal e para os portugueses. E é esse desígnio que inspira o Governo atual, assente num compromisso político com toda a esquerda pela primeira vez na nossa história democrática.

Em Portugal, confiamos na maturidade democrática das forças progressistas e na capacidade dos portugueses. Na Europa e no Mundo, queremos ter uma palavra a dizer e ser uma referência para a mudança que os partidos socialistas têm que abraçar.

Propusemos uma alternativa e prometemos esperança. Vamos cumprir!